

I - INTRODUÇÃO

No cumprimento do preceito legal, apresenta-se o Relatório de Gestão relativo ao ano económico de 2015.

Este Relatório tem como objetivos essenciais, para além de um enquadramento macroeconómico e um apontar dos principais desafios que se colocam a esta entidade, explicitar o nível de execução dos documentos previsionais, analisar a situação económica e financeira da autarquia, avaliar a evolução do nível de endividamento de curto, médio e longo prazos e elaborar uma proposta para a aplicação do resultado líquido do exercício.

ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO

SITUAÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL

À semelhança dos últimos dois anos, em 2015 a economia mundial apresenta níveis de crescimento moderados, aproximadamente 3,1% (3,4% em 2014; 3,0% em 2013). Os Estados Unidos da América apresentam um crescimento baixo, em linha com o do ano anterior, embora apresente uma muito ligeira melhoria de 2,4% para 2,5%, suportado por um crescimento relevante dos níveis de emprego e igualmente do mercado imobiliário. O crescimento das economias emergentes, apesar de permanecer acima dos países desenvolvidos (4,0% em 2015), apresenta valores bastante inferiores a anos recentes e a recuperação das economias desenvolvidas permanece bastante modesta. O crescimento económico mundial foi afetado por fatores como a diminuição do preço do petróleo, os conflitos geopolíticos e a diminuição dos níveis de investimento na China.

O ano de 2015 ficou marcado pelo aumento do crescimento económico na Zona Euro, justificado por fatores como a diminuição do preço petróleo, dos custos de financiamento e da desvalorização do euro que potenciou o aumento das exportações.

PORTUGAL

A retoma da economia portuguesa consolidou-se ao longo de 2015, beneficiando de custos de financiamento menores, da queda do preço do petróleo, da aceleração da economia europeia, dos ganhos de competitividade externa conferidos pela depreciação efetiva do euro e, de forma mais indireta, das reformas estruturais implementadas durante o programa de ajustamento. De acordo com o Instituto

Nacional de Estatística, o PIB cresceu 1,5% em 2015, acima dos 0,9% registados em 2014. O maior vigor da atividade económica decorreu essencialmente do dinamismo do consumo privado e das exportações, uma vez que o investimento prosseguiu a menor ritmo do que no ano precedente.

PRINCIPAIS DESAFIOS

A continuação da aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso ainda colocou alguns desafios durante o ano de 2015, devido á necessidade constante de monitorização. Continuam os elevados constrangimentos orçamentais e as necessidades de reporte de informação à Administração Central, mesmo depois do término do programa de assistência económica e financeira internacional, exigindo uma alocação de meios substanciais do Departamento Administrativo e Financeiro.

A necessidade de um recurso maior de fundos próprios desta entidade área social e de educação, onde as solicitações são cada vez mais exigentes em termos de recursos financeiros.

A necessidade de redução dos recursos humanos e a dificuldade de motivação dos colaboradores numa situação em que a possibilidade de progressão e compensação dos mais empenhados está muito condicionada e os rendimentos para uma grande maioria dos colaboradores sofreram reduções consideráveis, constitui um desafio para a gestão dos recursos humanos.

II - EXECUÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

Durante o ano de 2015 registou-se um grau de execução da despesa de 82,6% sendo que em 2014 era de 71,2% e um grau de execução da receita de 82,3% enquanto em 2014 era de 71,3%. As despesas correntes tiveram um nível de execução de 86,9% enquanto o das de capital foi de 77,2%, isto apesar de ao nível da receita se ter verificado uma execução de 65,9% nas receitas de capital e de 96,2% nas receitas correntes, o que significa a continuação do financiamento de despesa de capital por receita corrente. Todos os dados apontam para uma manutenção do elevado grau execução das receitas correntes, o que reflete o cuidado posto na elaboração dos documentos previsionais.

A execução anual do Plano Plurianual de Investimentos teve um aumento assinalável de 29,8% para os 74,8% devido essencialmente à conclusão dos centros escolares e outros investimentos na área desportiva e de acessibilidades.

INDICADORES DE NATUREZA ORÇAMENTAL

RÁCIOS SOBRE O GRAU DE COBERTURA DAS DESPESAS

Receitas correntes – Despesas Correntes 2.565.143,80 € em 2014;

Receitas correntes – Despesas Correntes 3.662.298,32 € em 2015;

A poupança corrente aumentou 1.097.154,52 €

O município cumpre assim o princípio do equilíbrio orçamental previsto na alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL e no art.º 40.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais.

Designação	Fórmula de Cálculo	2014	2015
Cobertura das despesas pelas receitas	$\frac{\text{Receita Total}}{\text{Despesa Total}}$	100,14%	99,66%
Cobertura das despesas sem recurso a empréstimos	$\frac{\text{Receita Total} - \text{Passivos Financeiros}}{\text{Despesa Total}}$	99,86%	97,72%
Cobertura das despesas sem recurso a financiamento ou empréstimos de terceiros	$\frac{\text{Receita Interna}}{\text{Despesa Total}}$	43,32%	32,72%
Cobertura da despesa total por receitas controladas pela autarquia	$\frac{\text{Receitas Próprias}}{\text{Despesa Total}}$	24,88%	18,86%
Peso do pessoal nas despesas correntes	$\frac{\text{Pessoal}}{\text{Despesas Correntes}}$	50,58%	51,85%
Peso das despesas correntes nas receitas correntes	$\frac{\text{Despesas Correntes}}{\text{Receitas Correntes}}$	88,27%	83,60%
Peso das despesas de capital nas receitas de capital	$\frac{\text{Despesas de Capital}}{\text{Receitas de Capital}}$	177,71%	139,26%
Peso da despesa total na receita total	$\frac{\text{Despesa Total}}{\text{Receita Total}}$	99,86%	100,34%
Grau de cobertura das despesas com pessoal pelos fundos autárquicos correntes	$\frac{\text{Fundos Autárquicos Correntes}}{\text{Pessoal}}$	81,98%	88,53%
Grau de cobertura das despesas com aquisição de bens/serviços pelos fundos autárquicos correntes	$\frac{\text{Fundos Autárquicos Correntes}}{\text{Aquisição de Bens e Serviços}}$	114,36%	122,00%
Grau de cobertura do investimento pelos fundos autárquicos de capital	$\frac{\text{Fundos Autárquicos de Capital}}{\text{Investimento}}$	21,63%	6,88%

Conforme se pode verificar pela análise da tabela anterior o nível de cobertura das despesas em 2015 foi idêntico ao de 2014.

A cobertura das despesas pelas receitas internas e receitas próprias apresenta valores inferiores aos do ano anterior como reflexo do aumento muito considerável do recebimento de fundos comunitários, mantém-se no entanto uma boa capacidade de financiamento interno desta entidade e portanto um satisfatório grau de independência.

O peso das despesas com pessoal nas despesas correntes manteve-se em relação ao ano anterior apesar do início da reposição salarial, o que revela um esforço de contenção e gestão adequada dos recursos humanos

RÁCIOS DE ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA

A estrutura da receita corrente manteve-se pouco alterada de 2014 para 2015. No que diz respeito às receitas correntes os impostos diretos mantiveram o seu peso em cerca 20% do total destas. Os impostos indiretos e as taxas e as transferências e as vendas de bens e serviços mantiveram também a sua importância relativamente ao ano anterior. Constata-se ainda assim que se mantém uma capacidade considerável de financiamento por receitas próprias e controladas pelo município. Na estrutura das receitas de capital verificou-se que a importância dos empréstimos apesar de reduzida aumentou relativamente ao ano anterior, o que resultou do facto de o único empréstimo contratado em 2014 para os centros escolares ter a maior parte das libertações em 2015. Nas despesas correntes a estrutura manteve-se praticamente inalterada, apenas com uma ligeira diminuição do peso das transferências correntes. Nas despesas de capital, o peso do investimento aumentou para 82%, resultado da execução de obras participadas na área da educação já referenciadas anteriormente.

RÁCIOS SOBRE O GRAU DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO

Designação	Fórmula de Cálculo	2014	2015
Peso dos fundos autárquicos de capital no investimento autárquico	$\frac{\text{Fundos Autárquicos de Capital}}{\text{Investimento}}$	21,63%	6,88%
Peso das receitas de transferências comunitárias de capital no investimento autárquico	$\frac{\text{Transfer. de Capital do Exterior}}{\text{Investimento}}$	71,92%	79,47%
Peso dos empréstimos no investimento autárquico	$\frac{\text{Empréstimos}}{\text{Investimento}}$	2,04%	5,67%
Peso do investimento na receita total	$\frac{\text{Investimento}}{\text{Receita Total}}$	13,49%	34,46%

Pode-se verificar que existiu uma diminuição do peso dos fundos autárquicos devido ao aumento do peso das transferências de capital do exterior e em menor volume dos empréstimos. O peso do investimento na receita total que tinha aumentou significativamente.

III - SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

No que diz respeito à situação económico-financeira deste exercício, comparada com o ano anterior, regista-se um aumento dos rácios de rentabilidade que resulta essencialmente da diminuição do resultado líquido.

ECONÓMICO - RESULTADOS

RÁCIOS DE RENDIBILIDADE

Designação	Fórmula de Cálculo	2014	2015
Rendibilidade dos fundos próprios	$\frac{\text{Resultado Líquido do Exercício}}{\text{Fundos Próprios}}$	0,72%	4,53%
Rendibilidade dos capitais permanentes	$\frac{\text{Resultado Líquido do Exercício}}{\text{Capitais Permanentes}}$	0,63%	4,04%
Rendibilidade do ativo	$\frac{\text{Resultado Líquido do Exercício}}{\text{Activo Líquido}}$	0,42%	2,72%

Os rácios de rentabilidade acima apresentam valores bastante superiores aos do ano anterior, essencialmente devido ao aumento significativo do resultado líquido quer pelo aumento dos resultados operacionais e extraordinários quer pela diminuição dos custos financeiros.

ECONÓMICO – FINANCEIROS

RÁCIOS DE LIQUIDEZ E SOLVABILIDADE

Designação	Fórmula de Cálculo	2014	2015
Liquidez geral	$\frac{\text{Activo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	1,33	1,02
Liquidez reduzida	$\frac{\text{Activo Circulante - Existências}}{\text{Passivo Circulante}}$	1,31	1,01
Liquidez imediata	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$	0,50	0,51
Solvabilidade	$\frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Fundos Alheios}}$	1,45	1,49
Autonomia financeira	$\frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Activo}}$	59,26%	59,91%

Na análise dos rácios de liquidez e solvabilidade, verifica-se que estes apresentam valores inferiores aos do ano anterior que por sua vez eram claramente positivos, convém notar a influência nestes rácios da necessidade de incluir no passivo o valor das faturas em receção e conferência no valor superior a 500.000 € que em anos anteriores estavam consideradas em acréscimos de custos e o facto de o FAM exigível a mais de um ano ter passado a ser considerada dívida de MLP, apesar de tudo o município continua a ter capacidade de solver as suas responsabilidades de curto prazo. Existe ainda uma estrutura de financiamento que permite o recurso a endividamento de médio e longo prazo, na medida em que a autonomia financeira atinge um valor próximo dos 60%, ligeiramente superior ao do ano anterior.

IV - EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

(unidade: euros)

Prazo	Designação	2014	2015
Curto prazo	Dívidas de terceiros	2.867.692,59	1.795.977,52
	Dívidas a terceiros	3.542.444,58	3.622.492,82
Médio e longo Prazos	Empréstimos bancários	9.206.186,16	8.650.290,83
	Acordo SUMA	532.243,29	271.322,01
	Locação Financeira	750.488,88	639.181,37
	FAM		658.916,69

No que respeita à dívida a terceiros de curto prazo, o aumento deveu-se ao valor das faturas em receção e conferência referido anteriormente. A dívida de empréstimos bancários de médio e longo prazo desceu 6%. O FAM exigível a mais de um ano passou a ser considerado dívida de MLP.

V - LIMITE DÍVIDA TOTAL

(unidade: euros)

	2015
Limite Dívida Total DGAL	31.876.637,45
Dívida Total	12.684.428,00

O município cumpre assim os limites estabelecidos nos art.º 52.º e art.º 54.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais.

VI - PESSOAL

Nos mapas a seguir apresentados pode-se verificar que esta entidade cumpre o estipulado na Lei 44/85

Limite às despesas com pessoal - artigo 10.º da Lei 44/85		
	Limite	Valor 2015
Receitas Correntes no ano anterior		21.860.612,86 €
Despesas com Pessoal do Quadro	13.116.367,72 €	6.765.004,43 €
Despesas com Pessoal em Qualquer Outra Situação	3.279.091,93 €	398.235,93 €

Limite às despesas com pessoal - artigo 62.º do OE 2015		
	2014	2015
Despesas Pessoal	9.759.379,25	9.681.269,73

O município cumpre o estabelecido no artigo 62.º do OE 2015.

VII - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Propõe-se que o resultado líquido do exercício no valor de 3.829.390,25 € seja aplicado da seguinte forma:

191.469,51 € - 5 % do resultado líquido para reservas legais de acordo com o estabelecido no ponto 2.7.3.5 do POCAL;

3.637.920,74 € - Resultados transitados.

VIII - FACTOS OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DAS CONTAS

Não se registou a ocorrência, entre a data de encerramento das contas e a sua apresentação para apreciação pelo órgão deliberativo, de nenhum facto que pudesse ter repercussão na informação relativa à prestação de contas.

Lousada 13 de Abril de 2016